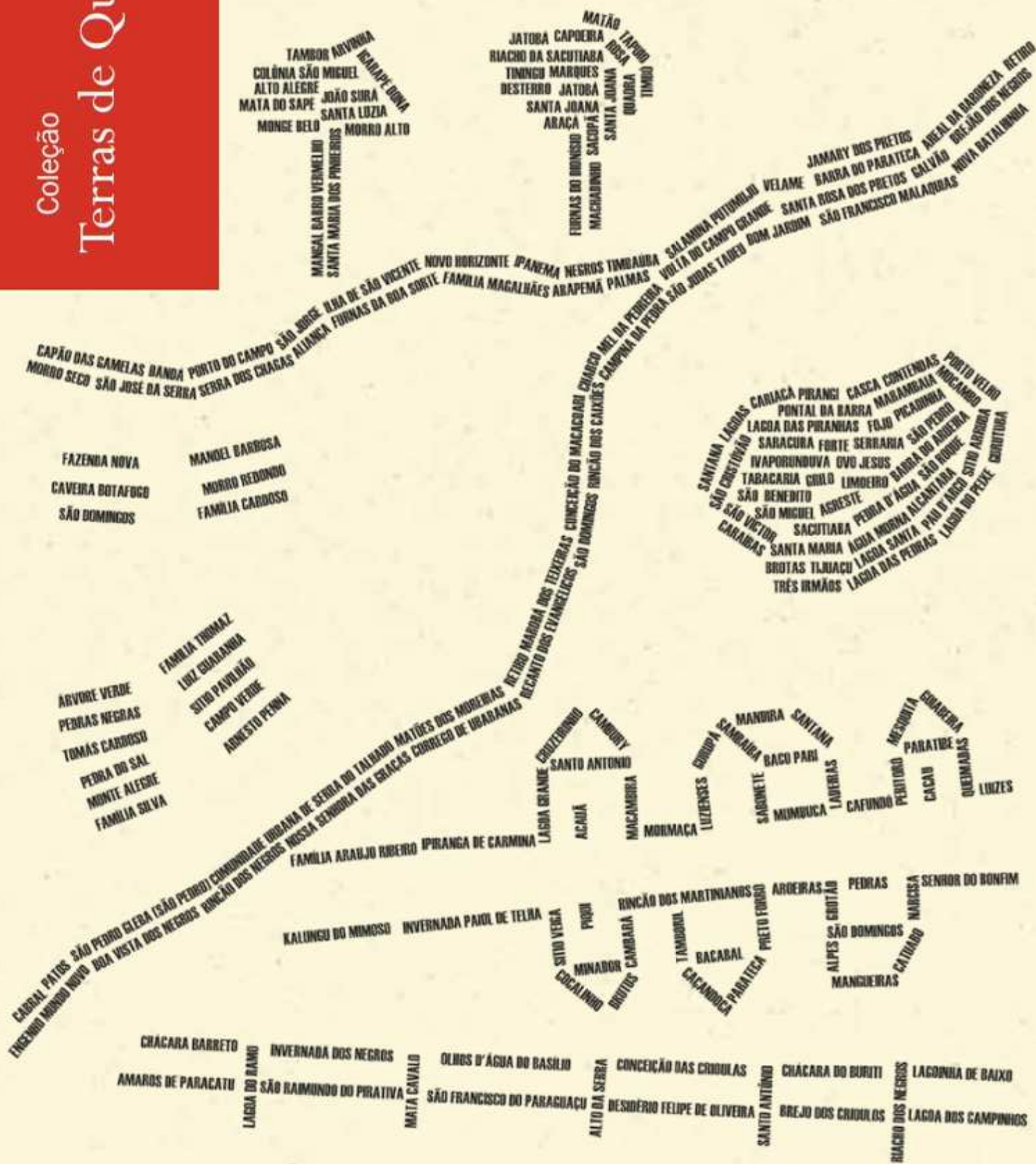


Comunidade Quilombola
Cafundó



As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Cafundó

O quilombo do Cafundó está localizado na área rural do município de Salto de Pirapora, região centro-sul do estado de São Paulo. Ele faz divisa com os municípios de Sorocaba, Votrantim, Piedade, Pilar do Sul, Sarapuí e Araçoiaba da Serra. Originado no século 19, provavelmente de uma doação de terras de cerca de 220 hectares, o quilombo tinha por volta de 80 moradores na década de 1990. A comunidade é maior, mas muitos moradores deixaram de morar no quilombo depois que o território original sofreu reduções forçadas.

Cafundó ficou famoso no Brasil e no mundo nos anos 1970 ao ser noticiado que apenas lá se falava a cupópia, uma língua própria desenvolvida pelo grupo, que combina



vocábulos africanos (principalmente quimbundo) e particularidades gramaticais do português caipira.

Quando em 2012 o INCRA transmitiu a posse de uma área de 122 hectares onde estava localizada a Fazenda Eureka, uma das lideranças da comunidade, Regina Aparecida Pereira, declarou ao repórter André Moraes do Jornal Cruzeiro do Sul: “É uma felicidade tão grande que não consigo descrever. A gente viu nossos antepassados morrerem, nossos pais, mães, tios, com aquele sonho de conquistar a terra e toda a humilhação de 40 anos que a gente viveu e resistiu para chegar até o dia de hoje”. Essa foi a primeira área a ser desapropriada e devolvida à posse legal da comunidade. Os cafundoenses ainda lutam pela restituição das outras terras que compunham o território ocupado por seus antepassados.



Regina cozinhando na casa de pau a pique de Juvenil.
Foto: Fábio Nascimento

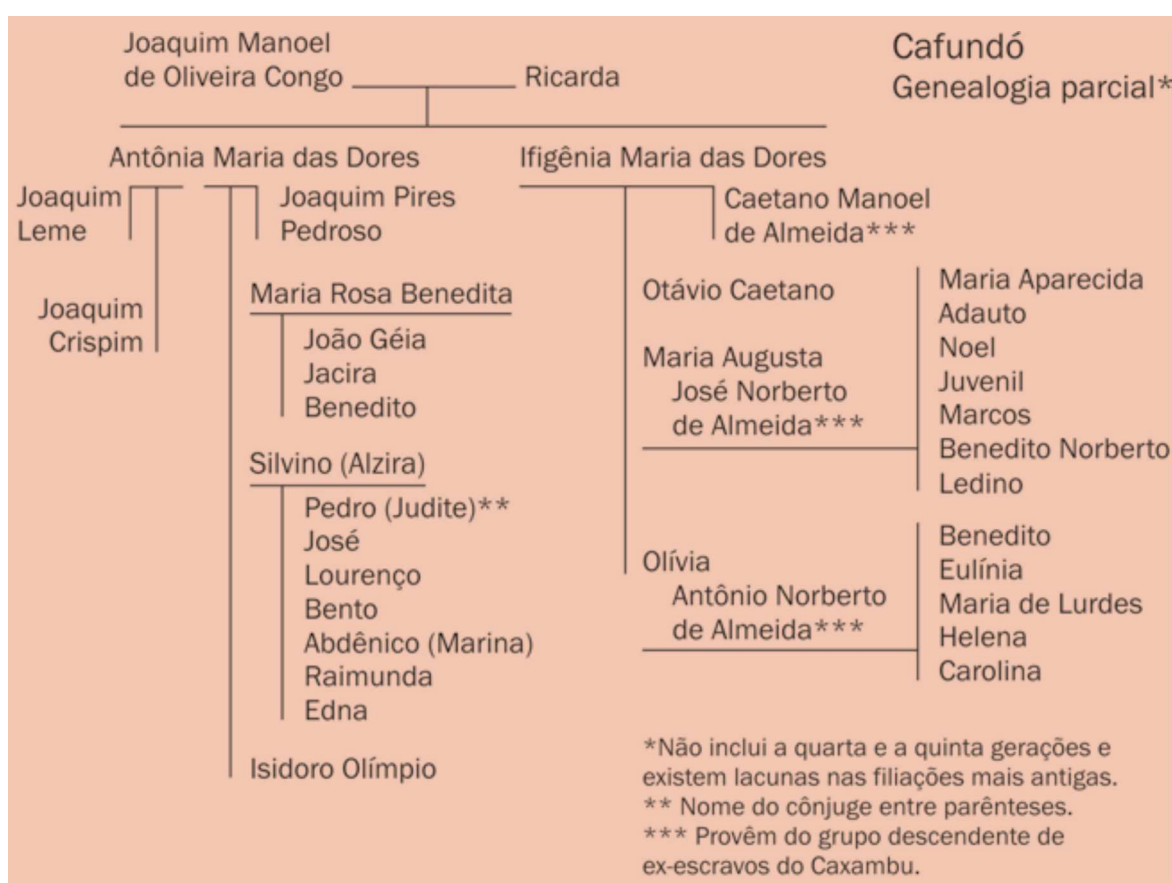
Origem do Quilombo

A colonização da região de Sorocaba, onde o Quilombo do Cafundó está localizado, se deu paralelamente à história das bandeiras, que promoveram a fundação das primeiras vilas. A região era também rota de tropeiros que iam em busca de outros destinos. A partir de 1750, Sorocaba foi sede de feiras anuais especializadas no comércio de animais (como mulas) que atraíam comerciantes e tropeiros. A região ficou também marcada pelo tráfico de escravos.

Na época da escravidão, ocorria de os senhores incluírem em seus testamentos doações de terras e concessão de alforria a cativos. Assim, os senhores conseguiam aumentar a lealdade dos negros, melhorar a qualidade dos serviços prestados. E, ainda, podiam usar o testamento como uma forma de ameaça: caso fosse contrariado, poderiam retirar as doações.

Alguns senhores também permitiam ou estimulavam que os escravizados constituíssem famílias e construíssem suas casas, podendo utilizar a terra para o plantio do próprio alimento. Essas práticas abrandavam as rebeliões e as fugas, já que os escravizados ficavam ligados à terra. Além disso, o custo da alimentação dos escravizados para os seus senhores diminuía. Ocorreram esses processos com os antepassados da comunidade do Cafundó; eles receberam terras como herança de seu antigo senhor, constituíram família e plantaram no território ocupado.

A história do Cafundó é conhecida a partir de Joaquim Congo e Ricarda, que se casaram em 8 de julho de 1855. O casal se instalou em uma região na qual existiam duas grandes propriedades. Uma delas era de Joaquim Manoel de Oliveira, que era o senhor de Joaquim Congo, Ricarda e seus filhos. O fato de Joaquim



Congo ter o mesmo nome do seu senhor significa que Congo havia nascido na África e que fora batizado por Joaquim Manoel. **Dos filhos de Congo e Ricarda, destacaram-se as filhas Ifigênia e Antônia, por serem as matriarcas do Cafundó. Seus descendentes formaram as famílias Almeida Caetano e Pires Pedroso.**

Provavelmente o senhor Joaquim Manoel de Oliveira deixou as terras do quilombo de herança para Joaquim Congo e Ricarda, que as trocaram pelo território atual. Ou talvez as irmãs Antônia e Ifigênia tenham recebido as terras de Joaquim Leme de Campos, seu senhor e pai de dois primeiros filhos de Antônia. Mas a verdade certa é que, ao menos desde 1888, ano em que o casal Ricarda e Joaquim foram libertos, eles se instalaram nas terras dos antigos senhores e seus descendentes as ocupam até os dias de hoje.

Antônia nasceu por volta de 1863, teve dois filhos com seu senhor Joaquim Leme de Campos e, após se tornar livre, casou-se com Joaquim Pires Pedroso, descendente de escravos, nascido livre. Ifigênia se casou com Caetano Manoel de Oliveira, que pertencia à comunidade de Caxambu, quilombo vizinho a Cafundó.

Era muito estreita a relação entre os dois quilombos: duas filhas de Ifigênia e Caetano também se casaram com dois irmãos do quilombo vizinho. Além disso, o Quilombo de Caxambu teve origem a partir de um grupo de escravizados cujo senhor era Salvador de Almeida Lara e de seu filho e herdeiro, Pedro de Almeida Lara. E estava localizado nas terras de Maria Perpétua Ayres, mãe de Joaquim Manuel de Oliveira, último senhor de Joaquim Congo.

Engano e violência

Os descendentes de Caxambu que moravam em Cafundó relatam que seus pais, em meados de 1940, perderam grande parte das suas terras para os fazendeiros da região. Contam que os pais assinaram um contrato que pensavam ser de arrendamento de terra, mas, na verdade, era de compra e venda.

Com o passar dos anos, as terras dos dois quilombos foram se valorizando. **As terras do Cafundó e Caxambu passaram a ser cada vez mais cobiçadas pelos fazendeiros vizinhos que foram invadindo as áreas das comunidades.** Em algumas ocasiões, moradores venderam parte das terras, pois viviam com dificuldades. Esses negócios eram, na grande maioria das vezes, só de proveito para os compradores, pois estes se utilizavam de meios para enganar os quilombolas que ainda não sabiam nem ler nem escrever.

Um fazendeiro da região, também um dos grileiros das terras do Cafundó, ao empregar moradores da comunidade, submetia seus empregados na lavoura de algodão a uma relação de dependência. Ele dava sementes de algodão para o plantio aos agricultores, como uma espécie de vale. Na época da colheita, esse vale era resgatado pelo fazendeiro em forma de algodão colhido. Ou, então, o algodão era trocado somente por mercadorias no armazém do filho do fazendeiro. **O senhor Alcides afirma que “na época ninguém ganhava nada, era só pela comida”.** Este tipo de relação de exploração do trabalho continuou acontecendo mesmo com o declínio da produção de algodão.



Segundo Adauto Rosa de Almeida, neto de Ifigênia, a matriarca incentivava o plantio nas áreas cercadas pelo fazendeiro, pois sabia que a região pertencia à comunidade. **O fazendeiro dizia assim: “pode plantar que a terra é vossa”. Porém, durante a noite soltava as criações para destruir as plantações. Segundo Adauto, “vovó Ifigênia passava noite tocando o gado de Lizário para fora das roças”.** Essa prática de soltar os animais para destruir as plantações da comunidade do Cafundó era comum e acontecia também em Caxambu.

Nessas situações, a comunidade ficava sem opções de trabalho. Uma vez que suas plantações eram destruídas pelos animais dos fazendeiros, eles não conseguiam plantar nem para a própria sobrevivência. E assim tinham que se submeter ao trabalho para fazendeiros. E pior: as terras da comunidade iam ficando vazias, sem plantações e sem sinais de ocupação, o que facilitava a sua invasão.

Havia certa proximidade nas relações entre os fazendeiros e os cafundoenses, o que pode ter contribuído para que os grileiros, que invadiam e tomavam as terras dos moradores, tenham utilizado da confiança e da boa fé da comunidade. Além disso, havia alguma indisposição sobre certos assuntos entre as famílias Almeida Caetano e Pires Pedroso, que moravam no Cafundó. Na religião, por exemplo, os Pires Pedroso eram predominantemente evangélicos e os Almeida Caetano eram, em sua maioria, católicos que mantinham devoções religiosas de matriz africana.

As terras do Cafundó

O território original do Cafundó tem um total de 219,45 hectares, onde residem 24 famílias. Antes de obterem a posse da área repassada pelo INCRA, a área ocupada pelos moradores do quilombo era de menos de 21 hectares.

Os moradores do Cafundó utilizavam a terra para plantações e também para a criação de animais, como galinhas que havia no quintal de quase todas as casas. Uma moradora criava algumas cabeças de gado. Mas com a perda de grande parte



Vista da entrada do Cafundó do alto da estrada. Foto: Fábio Nascimento



Dona Judite, que fora casada com um quilombola, observa o pasto onde cria seus gados. Foto: Fábio Nascimento



Dona Judite e sua pequena criação de gado. Foto: Fábio Nascimento

de seu território, a comunidade mal conseguia plantar para o próprio consumo. E não tinha recursos para investir nas próprias plantações.

Assim, tiveram que trabalhar como empregados nas fazendas vizinhas. Empregados fixos ou temporários, eles trabalhavam como diaristas, pedreiros, jardineiros, caseiros de chácaras e cortadores de eucaliptos, entre outras ocupações. Alguns se mudaram para outras cidades, em busca de empregos.

Na década de 1985, a SUDELPA (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista) dividiu o território total da comunidade em quatro áreas. A primeira era a única parte ocupada pela comunidade do Cafundó, que contava com 20,98 hectares. A segunda área media 32,87 hectares e já tinha sido ocupada por roças dos moradores do Cafundó. Mas as cercas de propriedades particulares foram avançando sobre estas roças até que na década de 1970 o acesso a estas terras foi completamente proibido. A terceira área contava com 32,775 hectares e também era ocupada por roças dos moradores, mas em 1978 ela foi totalmente cercada. Isso ocorreu através de um golpe. Houve a compra de uma safra de milho da comunidade, plantada nessa área, e o comprador pediu que os moradores assinassem um suposto recibo de entrega, que era, na verdade, um recibo de compra e venda daquela terra, e assim, por um longo período a comunidade perdeu a posse dessa área. Essas áreas perdidas, que antes haviam sido roças da comunidade, passaram a ser ocupadas com pastos, gado e plantações de eucalipto.

A quarta área do território da comunidade compreendia 123,015 hectares e foi a última a ser cercada como propriedade particular em 1985. Esta área também era utilizada para roça e ainda como reserva natural, de onde a comunidade retirava água, lenha e frutos como indaiá, gabiroba, tapicuru, dentre outras. Passou a existir nesta quarta área um porto de areia, bem como plantações de milho e capim, e algumas áreas arrendadas para outras pessoas.

Resistência do Cafundó

Desde a década de 1960 os moradores do Cafundó procuraram resistir à tomada de suas terras. Em 1966 Benedito Norberto Rosa de Almeida, morador do Cafundó, foi assassinado. Ele estava tentando recuperar as terras que foram perdidas por seus familiares em Caxambu, mas foi morto a mando de um fazendeiro da região.

Adauto, irmão de Benedito, junto com sua mãe foram procurar por justiça, mas somente encontraram negativas. Segundo narram Carlos Vogt e Peter Fry, no livro “Cafundó: A África no Brasil”, um juiz à época disse a eles: “O negócio é o seguinte: não mexam com a terra lá, mode o perigo de acontecer coisas”. O suspeito conseguiu um advogado, pago pelo fazendeiro, e não respondeu pelo crime cometido. Adauto lembra: “Nossa Senhora, Deus me livre. Não foi brincadeira, não. Perdemos um irmão por causa da terra”.

No dia 18 de junho de 1978, após doze anos do crime, o então suspeito retornou ao Cafundó a mando de outro fazendeiro para ampliar a cerca da fazenda e avançar sobre parte das terras da comunidade. Um líder do Cafundó, Otávio Caetano, não permitiu que a cerca fosse mudada, dizendo que somente aceitariam se fosse mostrado um “papel da lei”. O empregado do fazendeiro voltou com um revólver, ameaçando alguns moradores do Cafundó. Houve, então, um combate físico que resultou na sua morte.

Ele teve o enterro pago pelo fazendeiro, com a presença dos chefes da política de Salto de Pirapora, inclusive o prefeito do município. Houve relatos de que os familiares do morto ameaçaram os moradores do quilombo, prometendo vingança. Os moradores do Cafundó envolvidos diretamente na briga foram para uma cidade próxima, aguardaram o julgamento e, então, foram inocentados por legítima defesa. Ainda assim, a cidade de Salto de Pirapora voltou-se contra a comunidade, considerando-a violenta. Essa visão só se alterou com a projeção nacional e internacional do Cafundó na década de 1970 quando estudiosos de Linguística começaram a pesquisar sobre a cupópia.

Retomada das terras

No ano de 1972, um morador da comunidade, Otávio Caetano, entrou com uma ação de usucapião para uma área de aproximadamente 28 alqueires. A posse foi julgada favorável, mas neste mesmo ano a decisão foi contestada por Armando Landulpho que alegava ter a posse e o título dessa área. Em abril de 1973, Sylvino Pires Pedroso também entrou com uma ação de usucapião, alegando ter a posse, junto com Otávio, de uma área de 7,75 alqueires. Em 1976 foi finalmente reconhecida pela Justiça a propriedade dessa área, por parte da comunidade, em nome de nove moradores: Sylvino Pires Pedroso, Joaquim Pires, Rosa Pires Mulongo, Maria Augusta Rosa de Almeida, Maria Pires de Oliveira, Otávio Caetano, Noel Rosa de Almeida, Maria de Lurdes Rosa de Almeida e Otávio Norberto de Almeida.

Em 1982 Roque Sebastião de Miranda também entrou com uma ação, alegando usucapião de uma área de 13,25 alqueires das terras da comunidade. Nessa época, Otávio Caetano pediu o auxílio do procurador Luiz Rozatti para que as terras fossem entregues legalmente à comunidade. O procurador entrou com um recurso ao processo de Roque Miranda, que foi arquivado. **Luiz Rozatti passou a representar os moradores do Cafundó e pediu o desarquivamento do primeiro processo de Otávio Caetano. Assim, conseguiu movimentar os recursos para a produção das plantas e do memorial descritivo da área da comunidade para a demarcação das terras.**

Por volta de 1985, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico do estado de São Paulo (CONDEPHAAT) iniciou os trabalhos para tomba as terras do Cafundó. Uma parte das terras foi então tombada. De acordo com os moradores, após esse trabalho, o trecho que não foi tombado e estava sem nenhuma demarcação como propriedade privada, começou a ser cercado por pessoas de fora da comunidade, até sua total ocupação. A comunidade lutou para que isso não acontecesse, mas não conseguiu impedir a

invasão. Os moradores do Cafundó não podiam mais entrar na região que antes servia para retirada de lenha e para obtenção de água.

No mesmo ano, em 1985, outra descoberta de fraude foi ignorada pelas autoridades. Houve um título apresentado sobre uma área da comunidade (Fazenda Paraná) que foi considerado irregular pelo perito técnico nomeado para fazer a cadeia sucessória.

Nesse contexto de luta pela retomada das terras, a comunidade do Cafundó continuou a reivindicar a área total de seu território, que contava com aproximadamente 220 hectares. **Em 2004 a comunidade abriu um processo junto ao INCRA, solicitando a regularização de seu território, na condição de quilombo. Foi, então, que em 2012, após tanta luta e sacrifício, o INCRA regularizou parte das terras do quilombo, restituindo uma área de 122 hectares, onde estava localizada a Fazenda Eureka.**

Língua africana

A comunidade do Cafundó teve um destaque nacional e internacional no final da década de 1970 devido ao fato de que praticamente todas as pessoas, dos mais velhos até as crianças, falarem algumas expressões derivadas do Banto, conhecidas por cupópia (ou falange), que significa conversa. Ao falar a cupópia, os moradores do Cafundó reafirmavam sua identidade de negros, de serem de origem africana, além de falar livremente frente a uma vizinhança hostil.

Em 1978, as primeiras reportagens sobre Cafundó foram publicadas no jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, e também no jornal O Estado de São Paulo. A partir daí, vários outros meios de comunicação fizeram reportagens sobre o Cafundó, como a Folha de S. Paulo, Veja e Isto É. A comunidade foi televisionada pela Rede Globo, mais de uma vez, pela TV Bandeirantes e, ainda, pela BBC de Londres e por uma emissora de TV japonesa. **Estiveram no Cafundó inúmeros pesquisadores e estudiosos para conhecer essa língua de origem africana.**

Dessa exposição da comunidade nas mídias, decorreu muito assistencialismo, sem mudança efetiva na estrutura de privação de direitos básicos em que viviam. Por outro lado, essa visibilidade do Cafundó possibilitou um maior movimento por parte da comunidade na reivindicação de seus direitos.

Vários líderes do Cafundó, como Ana Lúcia (falecida em 1991 aos 24 anos), que dava aulas de cupópia para as crianças da comunidade, e Maria Aparecida Rosa de Aguiar (D. Cida, falecida em 1999), incentivadas pela grande exposição, aproveitaram para reclamar aos poderes públicos alguns direitos básicos como energia elétrica, conquistada em 1985, e água encanada, conseguida em 1994. A prefeitura de Salto de Pirapora passou a manter serviços de assessoria à comunidade através de assistentes sociais, repassando algumas verbas pra melhoria das casas.

Em um vídeo feito por jovens da comunidade, Marcos Norberto Rosa de Almeida, uma das lideranças do Cafundó, diz que os moradores acharam que com toda a exposição

(...) a vida ia diferenciar. E até hoje tem essa dificuldade que não mudou quase nada. (...) Eu acho que a pessoa tem que ter um certo patamar de vida, né? Nossos antepassados viveram aqui, mas sempre naquela vidinha de necessidade, vida de passar dificuldade (...) eu acho que a pessoa na vida,



Marcos tomando café na casa de Juvenil, seu irmão; Marcos regando a plantação orgânica da comunidade. Fotos: Fábio Nascimento

com toda necessidade dela deve ter um meio de ter... de ter um recurso pra ter. E isso aí parece que até agora nós não tivemos chance.

Religiões, festa e capoeira

Existe no Cafundó uma capela que continha imagens católicas, do candomblé e de pessoas da comunidade já falecidas. Na capela, é realizada todos os anos no mês de maio a Festa de Santa Cruz. Nela se celebra também São Benedito, Nossa Senhora Aparecida e ainda a abolição da escravidão. No ano de 2012, a festa teve mais uma comemoração: a retomada de uma parcela do território quilombola, em fevereiro do mesmo ano, a partir da regularização fundiária realizada pelo INCRA. Foi identificado onde localizava a capela antiga, no território recentemente devolvido à comunidade, mas que fora destruída pelos grileiros. Os moradores do Cafundó fizeram uma procissão de agradecimento e homenagem aos quilombolas que lutaram pelo território da comunidade, saindo da capela antiga até a nova.

Há relatos antigos da prática de capoeira na comunidade. Segundo um dos moradores, “tia Ifigênia parecia um gato de tão ágil, por causa da capoeira”. Antigamente, existiam competições festivas entre as comunidades rurais da vizinhança, como Caxambu, Fazendinha e Fazenda Pilar, quando os capoeiristas concorriam para ver quem eram os melhores. O senhor Benedito Pires, um dos moradores mais antigos do Cafundó no ano de 1999, lembrou de forma saudosa os bailes realizados pelas comunidades vizinhas e na própria comunidade. A capoeira é hoje praticada pelos jovens de Cafundó que cantam ao som dos tambores, berimbau e pandeiro: “Curió, curió, aprendi capoeira no Cafundó”.

Há um movimento importante dos jovens da comunidade interessados no resgate das histórias e costumes de seus antepassados. Em 2006 foi feita uma revista com o apoio da Secretaria de Cultura,

contando algumas histórias dos mais velhos, coletadas pelas crianças. Desse movimento, aconteceu o resgate do aprendizado da cupópia pelos mais jovens, do grupo de capoeira e do grupo de jongo: “Jongueiro é povo bom, povo trabalhador. Quem mexe com jongueiro mexe com nosso Senhor”.



Juvenil em sua casa de Pau-a-pique;
Alexandre, neto da Dona Cida. Fotos: Fábio Nascimento



Juvenil cortando lenha e Alex ao fundo. Foto: Fábio Nascimento

Essa narrativa foi escrita por Luciana Célia da Silva Costa, a partir do Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora, SP. Realizado em dezembro de 1999. Relatório elaborado pelas antropólogas Alessandra Schmitt e Maria Cecília Manzoli Turatti. Com informações adicionais:

_ Livro “A África no Brasil: Cafundó” de Carlos Vogt e Peter Fry, 1996. São Paulo: Companhia das Letras.

_ Vídeo “Quilombo do Cafundó Salto de Pirapora SP” (2014), realizado por jovens da comunidade Cafundó. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rv_M5wLyIRk.

Uma palavra da comunidade Cafundó

Atualmente nossa comunidade segue lutando pela regularização e restituição de nossas terras para que tenhamos a garantia definitiva da sua posse. Após anos de luta, em 2012 o Quilombo recuperou parte do seu território. O restante da área ainda não foi titulada.

Nossa comunidade continua lutando também contra os preconceitos sofridos no entorno e exigindo maior reconhecimento do município de Salto de Pirapora, onde estamos localizados. Reafirmamos cada vez mais nas nossas tradições e cultura.

O maior desafio da comunidade é o de despertar o interesse dos jovens e crianças para a história do quilombo, de seus antepassados e da luta quilombola. Assim, será possível a continuidade dessa luta, exercida há anos na comunidade. A atenção com os mais jovens do Cafundó se reflete na luta pela construção de uma escola quilombola na comunidade.

A escola já existiu, mas também foi destruída pela invasão de grileiros, como ocorreu com a capela da comunidade.

Nós, cafundoenses, ressaltamos a resistência da comunidade, desde os primeiros que aqui estão, deixando o seguinte recado: “A nossa luta é eterna, mas seguimos firmes e resistentes, uma das características herdadas dos nossos ancestrais”.

Este texto foi escrito por equipe de consulta e a autora da narrativa a partir de diálogos com lideranças da comunidade.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C837c Costa, Luciana Célia da Silva
Cafundó / Luciana Célia da Silva Costa,. - Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de Quilombos)

Baseado no Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Cafundó/Salto Pirapora - SP de Alessandra Schmitt e Maria Cecília Manzoli Turatti.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Schmitt, Alessandra. Relatório técnico-científico sobre a comunidade de Quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora-SP. 4. Turatti, Maria Cecília Manzoli. Relatório técnico-científico sobre a comunidade de Quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora-SP. I. Título. II. Série.

CDD 306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.